

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprova projetos que alteram códigos de Trânsito e de Processo Civil e Estatuto da Criança e do Adolescente



Integrantes da Comissão de Justiça examinaram ontem extensa pauta; a maioria dos projetos vai ao Plenário

CCJ quer mais rigor com motorista embriagado

O motorista sob suspeita de embriaguez ou de uso de drogas que se recusar a fazer o teste previsto no Código de Trânsito poderá ter a infração comprovada por meio de outras provas ou do testemunho do guarda de trânsito. Projeto aprovado ontem pela CCJ também agrava as penalidades imputadas aos usuários de álcool e drogas quando cometerem crime culposo. Autor da proposta que obteve parecer favorável do senador Pedro Simon, o deputado Beto Albuquerque argumenta que a punição dos delitos de trânsito é prejudicada pela recusa do condutor de se submeter aos testes. **Página 7**

Exploração de florestas depende de acordo

Foi mais uma vez adiada pela CCJ a votação do projeto do Executivo que regulamenta a exploração de florestas públicas para a produção sustentável. A decisão sobre a matéria, prevista para quarta-feira, depende de acordo que será buscado na terça-feira em reunião entre os líderes partidários, os integrantes da comissão e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. **Página 7**

Justiça pode dar prioridade a doente grave

Projeto do senador César Borges aprovado ontem pela CCJ estabelece que os portadores de doenças graves terão prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais relacionados a processos dos quais sejam parte ou

interessados. Também foi acolhido pela comissão projeto da senadora Lúcia Vânia que determina a comunicação obrigatória ao conselho tutelar de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes. **Página 7**



Representantes de entidades médicas e de organizações não-governamentais realizaram manifestação no Senado para reivindicar a ratificação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco, que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Texto divulgado pelos organizadores diz que a convenção, além de importante para a saúde pública, prevê alternativa para os produtores de fumo. **Página 8**

Prefeitos obtêm promessa de atendimento a reivindicações

Acompanhados dos senadores Sérgio Guerra e Garibaldi Alves, os prefeitos que se reuniram em Brasília conseguiram duas promessas importantes. A primeira, do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi de

apoio ao aumento do Fundo de Participação dos Municípios. Da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ouviram compromisso de solução para a dívida das prefeituras com a Previdência. **Página 6**

Senadores ainda esperam votação da reforma eleitoral

O líder do governo, Aloizio Mercadante, em reunião da bancada do PT, fez um apelo aos deputados para que aprovelem hoje, sem emenda, a minirreforma eleitoral, já votada pelo Senado. Os pontos de eventuais discordâncias entre as duas Casas, segundo ele, poderiam ser vetados pelo presidente Lula. As mudanças nas regras eleitorais foram abordadas em dois discursos no Plenário. Pedro Simon disse que o projeto significa a chance de mostrar à população que o pleito será diferente, porque os parlamentares aprovaram normas moralizadoras. Antônio Carlos Valadares lamentou que a sociedade não tenha acordado para a necessidade da reforma eleitoral. **Página 3**



Aldo Rebelo (E) e Thomaz Nonô: disputa acirrada no primeiro e no segundo turnos

ALDO PRESIDE A CÂMARA

O deputado Aldo Rebelo é o novo presidente da Câmara. Ele foi eleito ontem à noite depois de duas disputas acirradas. No primeiro turno, empatou com o candidato da oposição José Thomaz Nonô – cada um

obteve 182 votos. No segundo turno, Aldo recebeu 258 votos contra 243 dados a Nonô. O novo presidente afirmou que pretende democratizar o acesso dos deputados aos mecanismos de discussão da Casa. **Página 4**



Para César Borges, importância da Bahia não é reconhecida pela administração Lula

Borges protesta contra tratamento do governo à Bahia

César Borges (PFL-BA) protestou ontem contra a maneira como o governo federal vem tratando a Bahia. "Não sei se porque é governado por Paulo Souto, que faz uma administração honesta e competente, reconhecida pelos baianos, mas a verdade é que este governo não tem correspondido à importância do estado."

Segundo ele, a "negligência" que o governo Lula está demonstrando para com a Bahia torna-se ainda mais incompreensível à medida que o desempenho econômico do estado tem sido um dos responsáveis pelo parco crescimento da economia nacional nos últimos 24 meses. No período, disse, o produto interno bruto (PIB) do Brasil cresceu 5,5%, enquanto o da Bahia aumentou 12,8%.

O crescimento das exportações baianas foi de 49%, entre janeiro e agosto de 2004, e nesse mesmo período, conforme o senador, as exportações brasileiras cresceram apenas 25%. César Borges também apontou a negligência do governo federal com projetos como o do metrô de Salvador, que sofreu "reduções drásticas" de recursos. Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que é semelhante o tratamento que o governo tem dado ao metrô de Belo Horizonte.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário continua com pauta trancada

A pauta do Plenário, que realiza sessão a partir das 14h, continua trancada por três medidas provisórias, com destaque para a MP do Bem (252/05), que concede benefícios para setores da economia e pode prever o parcelamento de dívidas previdenciárias dos municípios brasileiros.



Renan conversa com Nelson Machado e Adylson Motta

Às 10h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reúne-se com o ministro da Previdência, Nelson Machado (foto), para tratar do censo previdenciário. Além disso, às 11h30, Renan recebe do presidente do Tribunal de Contas da União, Adylson Motta, a relação de obras públicas fiscalizadas pelo TCU, em 2005, para auxiliar a votação da Lei Orçamentária Anual de 2006.

Marina Silva e secretário da ONU em audiência

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, participa, às 9h30, de audiência pública das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), e de Relações Exteriores e Defesa Nacio-



nal (CRE). Ela estará acompanhada do secretário-executivo da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica, Hamdallah Zedan, que falará sobre reunião dos países-membros do Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica.

Votação de novo embaixador na Itália

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, após a reunião conjunta com a CMA, a indicação do diplomata Adhemar Gabriel Bahadian para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália. Ele vai substituir Itamar Franco, que ocupou a função durante dois anos.

Marinho volta à CPI dos Correios

O ex-chefe de departamento dos Correios Maurício Marinho volta a depor na CPI dos Correios às 11h. Ele foi flagrado em vídeo recebendo R\$ 3 mil de propina e comentando susposto esquema de fraudes nas licitações da estatal. Antes, às 9h, está prevista reunião administrativa para votação de diversos pedidos de quebras de sigilo.



Bingos e caso Celso Daniel

A CPI dos Bingos ouve, a partir das 11h, o procurador da República Lucas Furtado, que atua junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), e o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que foi indicado por seu partido para acompanhar as investigações sobre a morte do então prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel.

Política pesqueira

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 9h30. Em pauta, projeto que busca incentivar a produção pesqueira nacional (PLC 29/03), além de proposta que reserva recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o financiamento de estágios remunerados para estudantes (PLS 177/02).



Segundo Motta, projeto vai ampliar as redes de esgoto e abastecimento de água

Motta destaca obras de saneamento na região de Vitória

João Batista Motta (PSDB-ES) destacou uma série de obras que estão sendo realizadas pelo governo do Espírito Santo na região metropolitana de Vitória. O projeto Águas Limpas, de coleta e tratamento de esgotamento sanitário e de melhoria do abastecimento de água, está orçado em US\$ 62 milhões, sendo US\$ 35 milhões financiados pelo Banco Mundial e o restante dividido entre o governo do estado e a Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan), informou.

Segundo o senador, o projeto vai aumentar a taxa de cobertura de coleta e tratamento de esgoto, beneficiando cerca de 350 mil pessoas. Já a ampliação do abastecimento de água deverá atender a 1,5 milhão de pessoas. Ele disse que, com a realização do empreendimento, a baía de Vitória deixará de receber 70 milhões de litros de esgoto por dia.

Motta explicou que o projeto prevê ainda a construção de estações elevatórias, cinco estações de tratamento de esgoto, 435 quilômetros de redes coletoras, 7,5 quilômetros de adutoras, 53 mil novas ligações domiciliares e ampliação da capacidade de fornecimento de água em 100 milhões de litros, entre outros melhoramentos.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, Romeu Tuma, Alvaro Dias, Rodolpho Tourinho, Ramez Tebet e Mão Santa



Agripino: recursos para pagar dívida externa seriam suficientes para fazer 25 transposições

Agripino critica política de juros do governo Lula

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, criticou o que classificou de incompetência do governo em relação à política de juros. Segundo afirmou, o Ministério da Fazenda "calibrou ineficientemente" a taxa de juros e acabou pagando R\$ 105 bilhões a mais de sua dívida externa nos últimos oito meses, sob a alegação de atrair investimentos estrangeiros para o país e segurar a inflação.

– Com esse dinheiro, daria para realizar 25 projetos de transposição – comparou, ressaltando que essa política de juros também gerou estagnação econômica.



Cristovam considera que iniciativa representaria "um salto de qualidade no ensino básico"

Cristovam quer nacionalizar educação básica

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a implantação de um programa nacional de educação básica, coordenado pelo governo federal. Na opinião do senador, o programa representaria um salto de qualidade no ensino básico, cuja responsabilidade é hoje dividida entre estados e municípios. Teria a vantagem ainda, explicou Cristovam, de preparar melhor alunos de famílias de baixa renda para ingressar no ensino superior.

Líder do governo defende votação sem emendas, para que a matéria não volte ao Senado. Simon cobra mobilização para aprovar a proposta e Valadares vê vantagens do regime parlamentarista

Mercadante pede a deputados que votem hoje a minirreforma política

A chamada minirreforma eleitoral, já aprovada pelo Senado e em tramitação na Câmara, precisa ser votada até amanhã para que as mudanças sejam implementadas ainda nas eleições de 2006. Em reunião ontem da bancada do PT, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) fez um apelo aos deputados para que aprovem hoje o projeto sem emendas, evitando, assim, seu retorno ao Senado. Quanto aos pontos polêmicos, seriam vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Ele [Lula] está disposto a fazer isso, mas tudo depende de acordo entre todos os partidos – destacou Mercadante.

Um dos pontos que não tem consenso diz respeito à questão do prazo para a divulgação das pesquisas eleitorais. O líder do governo acredita que as mudanças eleitorais



Segundo Mercadante, os pontos polêmicos da proposta seriam vetados pelo presidente

propostas irão reduzir os gastos de campanha.

A proposição (PLS 275/05) aprovada pelo Senado prevê a simplificação do modelo de propaganda eleitoral; proíbe a realização de showmícios e a distribuição de brin-

des; exige a publicação das receitas e despesas de campanha em tempo real na Internet; e amplia a pena pela captação ilegal de recursos eleitorais, fixando, no mínimo, três anos de prisão. Se a matéria for aprovada hoje pela Câmara em votação simbólica, o projeto vai diretamente à promulgação.

MP do Bem

Mercadante informou ainda que estão avançando as negociações para votação da Medida Provisória 252/05, a MP do Bem, que dá isenção de PIS e Cofins a empresas que exportarem ao menos 80% de seu faturamento. A medida também estimulará a indústria da construção civil. A intenção é votar a matéria na próxima terça-feira, destrancando-se, assim, a pauta do Senado e evitando que essa medida provisória perca a validade.

Simon defende acordo para mudar regras das eleições de 2006

Ao lembrar que termina amanhã o prazo para a Câmara aprovar as alterações propostas pelo Senado para as eleições de 2006, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a ausência de mobilização nas duas Casas do Congresso em torno do tema. Simon sugeriu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que convoque reunião com o novo presidente da Câmara e com as lideranças do Congresso para tentar chegar a um acordo para votação da minirreforma política.

– Apesar de o projeto de Jorge Bornhausen (PFL-SC), aprovado por unanimidade no Senado, ser bem menor do que o esperado, ele contém o necessário para que a eleição do próximo ano transcorra com um mínimo de seriedade. Essa é a chance que temos de mostrar à população



Aprovação da minirreforma política dará maior seriedade às campanhas, afirma Simon

que o pleito poderá ser diferente porque votamos medidas realmente moralizadoras – afirmou.

Ao comentar a eleição para presidente da Câmara, Simon lamentou o suposto uso de artifícios pelo

governo para favorecer a vitória de seu candidato, o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Simon confessou imaginar que a votação poderia ser a oportunidade para o presidente Lula sinalizar que seu governo passaria a agir de forma diferente.

Ao contrário do que imaginava, revelou Simon, o governo teria agido para cooptar o apoio dos deputados a Aldo Rebelo em troca da liberação de emendas orçamentárias. Também teria chamado à negociação os candidatos Ciro Nogueira (PP-PI) e Luiz Antônio Fleury Filho (PTB-SP), respectivamente terceiro e quarto colocados no primeiro turno.

– No mesmo instante em que três CPIs e uma comissão de ética estão investigando denúncias de corrupção, o governo abre novamente o caderno das emendas – lamentou.

Valadares sugere estudo sobre parlamentarismo

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou para o fato de a sociedade civil não ter incorporado a necessidade de uma reforma eleitoral estrutural no atual momento da vida política brasileira e propôs a realização de estudos para a implantação do regime parlamentarista. Ele acredita que, por ser "mais democrático e consentâneo com a realidade", o parlamentarismo daria maior estabilidade às instituições e aos programas definidos nas campanhas eleitorais.

Segundo Valadares, o parlamentarismo é a solução adequada por possibilitar a mudança de ministros sempre que a sociedade tiver dúvidas sobre projetos governamentais.

Em relação à reforma política, o senador defende a transparência na aplicação de recursos de campanha, a igualdade na disputa, a coibição do abuso do poder econômico, bem como a adoção de medidas urgentes que regulamentem o ingresso nas legendas.



Para Valadares, o regime parlamentarista daria maior estabilidade às instituições



Para Demostenes, governo Lula mantém mesmas "relações corrosivas" da Era Vargas

Demostenes compara crise de Lula à de Vargas

Ao registrar o lançamento da autobiografia completa do jornalista Samuel Wainer, Demostenes Torres (PFL-GO) comparou os atuais escândalos políticos envolvendo integrantes do governo Lula e do PT com casos de corrupção narrados por Wainer em seu livro *Minha Razão de Viver*, tal como empréstimos irregulares no Banco do Brasil.

– Cinquenta e um anos após o suicídio de Vargas, o governo Lula mantém as mesmas relações corrosivas entre público e privado que tanto atrasaram o desenvolvimento do Brasil – lamentou.

Parlamentares cobram proteção para Jura Filho

Parlamentares da bancada do Maranhão no Congresso, além do senador José Sarney (PMDB-AP), participaram de audiência com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ontem, a fim de pedir garantia de vida para o vice-governador do Maranhão, Jura Filho, que estaria sofrendo represálias por parte do governador daquele estado, José Reinaldo.

Na reunião, em que estiveram Ribamar Fiquene (PMDB), Edison Lobão (PFL) e Mauro Fecury (PMDB), Jura explicou que Reinaldo extinguiu os cargos da vice-governadoria e da residência oficial do vice-governador, inclusive os referentes à sua segurança pessoal e ainda nomeou o ex-prefeito de Belém José Lins, que estaria sendo investigado pela Polícia Federal por envolvimento com o crime organizado.

José Cruz/ABR



Rebelo (E), ao lado de Nonô, afirma que vai democratizar o acesso dos deputados aos mecanismos de discussão da Casa

Aldo Rebelo é eleito presidente da Câmara em segundo turno

Ex-ministro da Coordenação Política, que venceu disputa com Nonô, promete dirigir a Câmara com independência

O deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) é o novo presidente da Câmara. Apoiado pelo governo, ele foi eleito na noite de ontem, após disputa acirrada em segundo turno com o candidato da oposição, o deputado federal José Thomaz Nonô (PFL-AL). Votaram 509 parlamentares. Rebelo recebeu 258 votos, contra 243 de Nonô – houve 6 brancos e 2 nulos. Ele permanecerá no cargo até fevereiro de 2007, quando haverá novo pleito.

Durante debate entre os candidatos na terça-feira, Rebelo afirmou que pretende democratizar o acesso dos deputados federais aos mecanismos de discussão

da Casa, o que inclui relatorias de projetos e comissões permanentes.

No discurso que fez antes da votação em segundo turno, disse que não iria comentar as acusações sobre a existência de “pressões externas” para beneficiar sua eleição. “Acredito que todos os votos favoráveis a José Thomaz Nonô foram resultado da livre consciência dos deputados. E reivindico o mesmo para mim. Nasci e vivi como homem independente; não preciso dar a esta Casa mais uma prova da minha independência.”

A declaração foi uma resposta à afirmação de Nonô de que “o perambular de ministros durante as votações na Câmara” seria evidência do “espetáculo de cooptação realizado pelo governo” para eleger Rebelo. Nonô também havia dito que teria capacidade para “ser um magistrado”, ao contrário de Rebelo, pois este integrara

o governo como ministro da Coordenação Política. “Com que independência ele poderia presidir esta Casa?”, questionou o candidato da oposição.

Primeiro turno

No primeiro turno, realizado à tarde, Aldo Rebelo e José Thomaz Nonô conseguiram, cada um, 182 votos. Ciro Nogueira (PP-PI), vinculado ao ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti, recebeu 76 votos. Ele foi seguido por Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), com 41, e Alceu Collares (PDT-RS), com 18. Jair Bolsonaro (PP-RJ) não recebeu nenhum voto. Houve 5 votos em branco e 3 nulos. No total, foram registrados 507 votos no primeiro turno.

O novo presidente da Câmara nasceu em Alagoas e tem 49 anos. Elegeu-se deputado federal por quatro vezes e foi líder do governo Luiz Inácio Lula da Silva na Casa e ministro da Coordenação Política.

Alvaro repudia patrocínio do Executivo a candidatura

Alvaro Dias (PSDB-PR) repudiou, ontem, o que chamou de patrocínio do governo federal à candidatura do deputado Aldo Rebelo à Presidência da Câmara. O senador atribuiu a liberação de R\$ 500 milhões em emendas parlamentares como uma tentativa de angariar votos para o candidato da prefe-



Alvaro Dias

rência do Executivo.

– Quando o governo anuncia na antevéspera a distribuição de R\$ 500 milhões é para orientar de forma espúria a votação a favor do candidato escolhido, uma operação chapa-branca. O governo se comporta agora da mesma forma como agia quando liberava recursos no “valeriodu-

to”, para aplacar consciências em momento de votação considerada impopular – afirmou o parlamentar.

Alvaro Dias ainda leu artigo de Fernando Rodrigues, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, considerando essa eleição à Presidência da Câmara dos Deputados a mais aberta operação de intromissão do Poder Executivo no Congresso Nacional.

Virgílio: Lula perdeu a compostura cívica para eleger seu ex-ministro

Ao revelar que, se fosse deputado federal, teria votado em José Thomaz Nonô para a Presidência da Câmara, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que o presidente Lula perdeu a compostura cívica e fez um “*strip tease moral*”, ao liberar R\$ 500 milhões em emendas parlamentares às vésperas da eleição. Na avaliação do senador, a distribuição teria como objetivo angariar votos para seu candidato, o deputado Aldo Rebelo.

– Aldo, apesar de ser um homem público correto, hoje representa as piores forças, o que

há de mais negativo e atrasado no Congresso. A ele estão vinculados todos os que defendem que não haja punição para os deputados flagrados no escândalo do “mensalão”. Nonô representa a voz da instituição, que está sufocada e não quer ser confundida com os que malbaratarem a coisa pública.

Virgílio disse ainda que, caso fosse levar em conta as relações de amizade, teria votado em Aldo Rebelo. Mas, por entender que este era o candidato dos que querem que as CPIs “terminem em *pizza*”, sua opção seria Nonô.



Arthur Virgílio

Jefferson diz que errou ao pensar que a ética seria respeitada

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou ontem o governo federal pela forma como estava se portando nas eleições para a Presidência da Câmara. Jefferson afirmou que o Executivo estava liberando recursos de emendas parlamentares e negociando cargos para facilitar a vitória do candidato de sua preferência, deputado Aldo Rebelo.

– Este governo afundou num atoleiro do qual não vai sair mais. Seja qual for o resultado na eleição na Câmara, o governo já perdeu – declarou.

Depois de lembrar que Lula

foi eleito presidente da República para começar a transformação do país, Jefferson Péres revelou que, ao votar no então candidato do Partido dos Trabalhadores, temia que fosse adotada no Brasil uma política econômica irresponsável, mas estava certo de que haveria firmeza nas questões éticas. O senador se disse equivocado, uma vez que, segundo salientou, há

responsabilidade na condução da política macroeconômica e uma profunda crise moral.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) criticou a ausência de Lula nas eleições do PT.



Jefferson Péres

Promessa de cargos desmoraliza o Congresso, sustenta Efraim Morais

Efraim Morais (PFL-PB) afirmou, na tarde de ontem, que a vitória do deputado Aldo Rebelo na eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados significaria um *habeas corpus* preventivo para o presidente Lula. A seu ver, a independência do Poder Legislativo corre risco, pois o governo pretende legislar por deputados e senadores.

– A candidatura de Aldo Rebelo é articulada e apoiada pelos parlamentares acusados de envolvimento com o esquema do “mensalão”. O governo desmoraliza o Congresso ao prometer cargos e liberar

emendas no Orçamento para aqueles que apoiarem Rebelo.

Efraim Morais também manifestou apoio aos prefeitos que vieram a Brasília em busca de soluções para as finanças dos municípios. A principal reivindicação é o aumento, de 22,5% para 23,5%, da parcela da arrecadação da União que compõe o Fundo de Participação dos Municípios.

– Os parlamentares da base são insensíveis com os prefeitos, com os municípios e com os funcionários. Há quem, na hora de votar, prefere o “mensalão” aos direitos dos municípios.



Efraim Morais

ACM: Lula será culpado se bispo morrer de fome

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) informou ontem que o frei Luiz Flávio Cappio, bispo da diocese de Barra, na Bahia, está fazendo greve de fome na tentativa de impedir o início das obras de transposição do rio São Francisco. Antonio Carlos conclamou o Senado “a reagir com coragem aos desmandos do governo”, ao afirmar que o sentimento do povo é de que o bispo sobreviva e o projeto morra.

Antonio Carlos disse que, se o bispo morrer, o culpado será o presidente Lula, a quem apontou como responsável pela obra. Embora o frei Luiz Flávio tenha declarado a intenção de continuar vivo, admitiu não se importar em doar a vida em prol do São Francisco.



Integrantes da CPI Mista dos Correios debatem pauta de audiências da comissão

Depoimentos marcados para ontem foram adiados por causa da eleição para a Presidência da Câmara dos Deputados

Deputado Greenhalgh e procurador falam hoje à CPI dos Bingos

Em virtude da eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos cancelou a reunião que estava marcada para ontem e marcou novos depoimentos para hoje. A partir das 11h, deverão ser ouvidos o procurador-geral da República junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, e o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP).

O procurador Lucas Furtado foi convocado para prestar depoimento por ser o autor de uma série de estudos e pareceres técnicos que versam sobre os contratos celebrados ao longo dos últimos anos entre a multinacional Gtech e a Caixa Econômica Federal, destinados a gerenciar todo o sistema de informática e de tecnologia das loterias federais.

Tais contratos bilaterais, feitos sem licitação, vinham sendo

renovados desde 1997 – ano em que a Gtech se instalou no país – e abrangiam praticamente todos os setores da Superintendência de Jogos Eletrônicos da Caixa, desde a apuração dos sorteios até a confecção de talões dos prognósticos de jogos, como a Mega-Sena e a Quina.

Já o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, que é advogado, foi indicado por seu partido para acompanhar as investigações sobre a morte do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, assassinado com oito tiros à queima-roupa, em 2002. O inquérito policial concluiu que o assassinato do ex-prefeito não teria sido “por encomenda” (configurando-se crime político ou administrativo), mas crime de seqüestro comum ou de extorsão seguida de morte. Os dois requerimentos de convocação são de autoria do senador Tião Viana (PT-AC).

José Jorge cobra apuração de denúncias sobre evento da ANP

José Jorge (PFL-PE) pediu ao Ministério Público que apure a denúncia de realização de um jantar, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), com representantes de empresas concessionárias de exploração de petróleo e de refinamento de combustíveis. O jantar, por adesão, teria custado a cada participante R\$ 2 mil. O evento, segundo informou, teria o objetivo de arrecadar recur-

sos para o PCdoB, partido aliado ao governo, que detém a maioria dos cargos da ANP e a interinidade na presidência do órgão.

– Pela denúncia, a ANP teria telefonado para a empresa Ale argumentando a necessidade de estreitamento de relações entre a agência e as concessionárias, o que seria feito primeiramente por meio do citado evento, na Churrascaria

Sub-Relatoria do IRB deve ouvir Lídio Duarte e Henrique Brandão

A Sub-Relatoria do IRB, que vai investigar denúncias que envolvam o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), na CPI dos Correios, deve ouvir na próxima semana o ex-presidente da entidade Lídio Duarte e o dono da corretora de seguros Assurê, Henrique Brandão, acusado de tentar cobrar de Lídio uma mesada de R\$ 400 mil para o PTB. A informação é do sub-relator, deputado Carlos William (PMDB-MG), que participou de reunião para definir a agenda da

comissão na manhã de ontem.

A pauta foi discutida juntamente com o presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), o relator, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e o vice-presidente, deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA). Os dois depoimentos marcarão o início dos trabalhos da sub-relatoria, criada na última semana para trabalhar sobre documentos e denúncias de irregularidades envolvendo as atividades do IRB.



CPI dos Bingos espera esclarecimentos sobre contratos da Gtech e caso de Santo André

Comissão decide se convoca Palocci, irmãos de ex-prefeito e juiz de futebol

Na próxima terça-feira, a partir das 11h, a CPI dos Bingos examina uma série de requerimentos, entre os quais o de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) que convoca para depor o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. O relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), em entrevista à Agência Senado, admitiu que a votação do requerimento de convocação do ministro “poderia esperar mais um pouco”.

Mesquita Júnior, no entanto, não abre mão da convocação de Palocci e defende o depoimento do ministro pelo fato de que, em quase todos os depoimentos prestados à CPI, seu nome foi citado quando são abordados temas ligados à cor-

rupção no município de Ribeirão Preto (SP) na época em que Palocci foi prefeito da cidade pela segunda vez (2001/2002).

Na mesma reunião, deverão ser votados dois requerimentos considerados polêmicos. Um deles, do líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), propõe acareação entre João Francisco e Bruno Daniel, irmãos do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, com o atual chefe de gabinete pessoal do presidente Lula, Gilberto Carvalho.

O outro requerimento, de Tião Viana, convoca para depor os envolvidos na chamada “máfia do apito”, com destaque para o árbitro de futebol Edílson Pereira dos Santos e o empresário Nagib Fayad.



Roosevelt Pinheiro
Suplicy propõe que a União assumira controle acionário de empresas paulistas de energia

Suplicy rejeita privatização da CTEEP

Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou a intenção do governo paulista de privatizar a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP). De acordo com o senador, o governador Geraldo Alckmin justificou a medida argumentando que os recursos poderiam ser usados para capitalizar a Companhia Energética de São Paulo (Cesp) e ajudá-la a saldar parte de sua dívida com o governo federal.

Suplicy sugeriu também que a União assumira o controle acionário da Cesp e da CTEEP, que permitiria coordenar investimentos e equacionar a situação econômico-financeira.



Roosevelt Pinheiro
José Jorge diz que almoço foi na mesma churrascaria escolhida para festa do PT

Promessas dos ministros para solução dos problemas deixam gestores municipais otimistas. Senadores acompanharam as reuniões

Prefeitos discutem reivindicações com Palocci e Dilma

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e os senadores Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) discutiram, ontem, reivindicações das prefeituras com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Ziulkoski já estivera, pela manhã, com a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, ao lado de presidentes de entidades estaduais de municípios.

– Nossa vinda foi muito positiva porque mostramos a importância de vários itens da nossa pauta aos dois ministros – afirmou Ziulkoski aos mais de 1,5 mil prefeitos que vieram a Brasília.

Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado, Garibaldi classificou os entendimentos firmados com Palocci

como “positivos e produtivos”. Entre as mais de 50 reivindicações, o parlamentar destacou o aumento de 22,5% para 23,5% na parcela da arrecadação da União que compõe o Fundo de Participação dos Municípios, previsto na reforma tributária.

– A reforma já foi aprovada no Senado e está parada na Câmara. Palocci se comprometeu a marcar uma audiência com o novo presidente da Câmara para definir a data de votação da reforma – explicou Garibaldi, acrescentando que os prefeitos também devem participar dessa audiência.

Sérgio Guerra elogiou o “encaminhamento maduro, firme e inteligente” das reivindicações.

– Temos que atuar para fazer andar as votações na Câmara, mas o fato de os prefeitos estarem



No Congresso Nacional, mais de 1,5 mil prefeitos de todas as regiões do país pediram apoio a deputados e senadores

mobilizados vai ampliar as condições de aprovação – afirmou.

Nas reuniões, os prefeitos conseguiram o compromisso de soluções por parte do governo em vários itens. Além da reunião entre Palocci e o novo presidente da

Câmara, conseguiram o compromisso de Dilma Rousseff de buscar solução para o parcelamento da dívida dos municípios com a Previdência Social (que já somam mais de R\$ 18 bilhões) e de colocar como prioridade de vota-

ção no Congresso a transferência da arrecadação de recursos do Imposto Territorial Rural (ITR) para os municípios; e a promessa de Palocci de editar um decreto isentando as prefeituras do IPI de máquinas e equipamentos.



Garibaldi afirma que presidente do STF deverá debater problema no Congresso

Jobim vem ao Senado discutir precatórios

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, deverá vir ao Senado

Federal para discutir com parlamentares e prefeitos uma solução jurídica para o pagamento de precatórios pelos municípios, compromisso que estaria consumindo grande parte dos recursos das prefeituras. A informação foi prestada pelo senador Garibaldi Alves Filho, que liderou, ao lado do senador Sérgio Guerra, a audiência dos prefeitos com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

De acordo com Garibaldi Alves, a mobilização dos prefeitos em Brasília foi produtiva e todos voltaram para seus respectivos municípios convencidos de que muitos pontos da pauta de reivindicações seriam atendidos pelo governo federal.

Demostenes diz que goianos foram desrespeitados

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) protestou ontem contra o tratamento que prefeitos de todo o Brasil vêm recebendo do governo. Para ele, os prefeitos foram desrespeitados também no Senado, na tarde de terça-feira, quando vieram pedir apoio para suas reivindicações. Houve tumulto quando um grupo de prefeitos goianos foi barrado por seguranças da Casa.

– Os prefeitos devem ser bem tratados no Congresso Nacional, até porque são desrespeitados no Palácio do Planalto, são empurrados pela barriga nos ministérios e são roubados nos repasses federais – afirmou. Segundo ele, as prefeituras recebem poucos repasses.

Demostenes disse ainda que, apesar de serem os governantes mais próximos do povo, tendo participação importante na arrecadação de tributos e na eleição de parlamentares, os prefeitos não são recebidos pelo presidente da República. O senador também pediu desculpas ao prefeito de Trindade (GO), George Moraes, que preside a Associação Goiana dos Municípios, pelo incidente na tarde de terça-feira.



Lúcia Vânia vai apresentar emenda à MP do Bem para garantir parcelamento

Lúcia Vânia quer solução para dívida previdenciária

Sensibilizada com as dificuldades dos prefeitos para saldar débitos junto ao Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS), a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) decidiu apresentar emenda à Medida Provisória 252/05, conhecida como MP do Bem, para garantir aos municípios a possibilidade de parcelamento dessas dívidas. A emenda também prevê a amortização fixa em 240 meses e incidência da TJLP em lugar da Selic.

Ela informou já ter conversado com o relator da MP, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que teria prometido incluir a sugestão em seu parecer. Segundo a senadora, o presidente do Senado, Renan Calheiros, também teria sido favorável à inclusão de solução para a dívida previdenciária das prefeituras nessa MP.

Ana Júlia defende maior controle de recursos públicos

Embora tenha apoiado a reivindicação dos municípios, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) cobrou dos prefeitos maior controle na aplicação dos recursos públicos. A senadora também defendeu o fim da guerra fiscal entre os estados na próxima etapa da reforma tributária a ser votada pelo Congresso.

Ela elogiou o uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



Ana Júlia pede aos prefeitos mais responsabilidade na gestão fiscal

Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), mas criticou o fato de o órgão que deveria ser fiscalizado por receber recursos do fundo acabar atuando como fiscalizador dessa aplicação.

Ideli conclama movimento a cobrar fim da guerra fiscal

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) conclamou o movimento municipalista a cobrar dos governadores o fim da guerra fiscal. Em pronunciamento, ela opinou que a principal reivindicação dos prefeitos – o aumento dos recursos que compõem o Fundo de Participação dos Municípios – não vai resolver os problemas.

– É apenas um paliativo – comentou a senadora.

Para Ideli, a conclusão da re-



Para Ideli, a unificação do ICMS deverá aumentar a arrecadação municipal

forma tributária pelo Congresso, com a unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), será a melhor forma de aumentar a arrecadação dos municípios.



Sessão especial pelo centenário de nascimento do político fluminense foi proposta por Saturnino

Senado faz homenagem a Amaral Peixoto

A capacidade de articulação, a paciência e o bom senso do ex-senador Ernani do Amaral Peixoto foram destacados como principais qualidades do político fluminense, que teve seu centenário de nascimento comemorado na sessão de ontem. O requerimento propondo a homenagem foi apresentado por Roberto Saturnino (PT-RJ).

Em nome da Mesa do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) associou-se à homenagem.



José Sarney destaca as qualidades do ex-senador e ex-governador do Rio de Janeiro

"Um homem que construiu o fato político"

José Sarney (PMDB-AP) homenageou ontem o ex-senador e ex-governador do Rio de Janeiro Ernani do Amaral Peixoto, cujo centenário de nascimento foi celebrado em sessão especial do Senado.

– Nesta Casa, como em toda a sua vida, Amaral Peixoto foi um homem que não marcou a vida pública pela eloquência, mas, sem dúvida, foi um grande político porque era daqueles homens que construíam o fato político – lembrou Sarney.

Guarda poderá atestar embriaguez de motorista

Aprovada na CCJ, medida se aplica a casos em que o condutor se recusa a fazer teste previsto no Código de Trânsito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a projeto que modifica o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para aperfeiçoar dispositivos que tratam do uso de álcool, substâncias tóxicas e entorpecentes por motoristas.

O projeto (PLC 87/03) estabe-

lece, entre outras medidas, que o motorista sob suspeita de embriaguez que se recusar a fazer o teste poderá ter a infração comprovada por meio de outras provas legais ou do testemunho do guarda de trânsito. A norma estende-se à suspeita de uso de drogas.

O autor da matéria, deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), argumenta que, embora a condução sob a influência de álcool ou entorpecentes seja considerada delito de trânsito, sua caracterização e punição são prejudicadas pela recusa do condutor de se submeter aos testes previstos no Código de Trânsito.

A proposição acrescenta ainda

dispositivo agravando as penalidades imputadas ao usuário de álcool, substâncias tóxicas ou entorpecentes quando esse cometer crime culposo.

A CCJ acolheu emenda supressiva de Sibá Machado (PT-AC) que retirou do texto proposta de redução da concentração mínima de álcool no sangue que caracteriza a embriaguez do motorista. Assim, permanece a concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue para atestar a infração.

Juizados especiais

Foi aprovado também, em decisão terminativa, projeto de

Demostenes Torres (PFL-GO) que inclui novas regras de competência na legislação que rege os juizados especiais criminais estaduais e federais (PLS 119/04). As regras de “conexão e continência” passariam a integrar o rol de competências desses juizados. Para Demostenes, o desrespeito a esses requisitos ocorre quando se desmembram processos que apuram infrações consideradas comuns que, na verdade, deveriam ser julgadas pelo mesmo foro.

A proposta ainda eleva de um para dois anos a pena máxima para infrações penais de menor potencial ofensivo.



Projeto que obriga comunicação de caso de maus-tratos a crianças também foi acolhido na CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães

Prioridade na Justiça para portador de doenças graves

Os portadores de doenças graves terão prioridade na tramitação de atos e diligências judiciais relacionados a processos dos quais sejam parte ou interessados. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou, em decisão terminativa, projeto do senador César Borges (PFL-BA).

Atualmente, pelo Código de Processo Civil, somente os idosos acima de 65 anos têm direito a tal prioridade. A proposta (PLS 145/04), que teve parecer favorável de José Jorge (PFL-PE), também reduziu para 60 anos a idade mínima para ter direito ao benefício, adequando-se, assim, ao Estatuto do Idoso. O senador

acrescentou ao texto original uma emenda estipulando que as doenças graves que terão prioridade na tramitação de processos judiciais constarão de listas elaboradas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério do Trabalho, atualizadas semestralmente.

Informação

A CCJ acolheu ainda parecer da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a projeto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) que determina a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar.

A proposição regulamenta o artigo 13 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Pelas novas regras, são obrigados a comunicar

os maus-tratos as pessoas encarregadas, por razão de ofício ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes; os professores e as escolas de todos os graus; os trabalhadores de saúde e os serviços de saúde; e as autoridades policiais. A matéria segue para apreciação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A Comissão de Justiça adiou a reunião prevista para a próxima quarta-feira sobre convênio para exploração dos portos de Paraguaçu e Antonina (PR). O motivo do adiamento é a viagem, em missão oficial, do autor do pedido da audiência, senador Osmar Dias (PDT-PR), na mesma data do debate.

Adiada votação do projeto sobre florestas públicas

O exame do projeto que regula a exploração de florestas públicas foi novamente adiado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A votação da matéria (PLC 62/05), prevista para a próxima quarta-feira, depende agora de um acordo que será buscado em reunião marcada para o dia anterior, no gabinete do líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP). Participarão dessa reunião os líderes partidários, os membros da comissão e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

O objetivo é fechar um acordo que possibilite a aprovação do projeto na CCJ. Na comissão, a matéria ainda depende de apresentação do parecer de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e já recebeu 23 emendas. Segundo o presidente do colegiado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), “a reunião da terça determinará o que acontecerá na quarta”.

O projeto, que já foi acolhido nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), tramita em regime de urgência.

Sibá critica ida de Roberto Freire com Cassol e Maggi ao Acre

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez “um desabafo de ordem local” ao comentar ontem em Plenário recente visita do deputado federal Roberto Freire (PPS-PE) e dos governadores Ivo Cassol (RO) e Blairo Maggi (MT) ao Acre. A ida dos três políticos ao estado configurou, na opinião do parlamentar, uma afronta ao perfil

e à metodologia de trabalho do governo acreano. Sibá disse também não compreender o envolvimento de Roberto Freire com esses governadores.

– Não entendo mais nada. Roberto Freire abdica de pessoas como Ciro Gomes e Patrícia Saboya e vai procurar aliança com Ivo Cassol, que perdeu a filiação ao PSDB tal

é o grau das acusações que pesam sobre ele, e com Blairo Maggi, acusado de ser o “motosserra de ouro”. Não entendo o que essas pessoas nefastas estão fazendo ao lado do PPS – declarou.

Sibá acrescentou ainda que, se a visita foi uma antecipação das eleições, o seu partido aceita o debate político.



Sibá: “Não entendo o que essas pessoas nefastas estão fazendo ao lado do PPS”



Evento será aberto pelo diretor do Interlegis e 1º secretário do Senado, Efraim Morais

Seminário em Belém qualifica vereadores

O programa Interlegis vai realizar hoje, em Belém, seminário regional voltado para a região Norte, com o objetivo de aprimorar a qualificação dos vereadores para o exercício da função pública. O evento, na Assembléia Legislativa do Pará, será aberto às 9h pelo 1º secretário do Senado e diretor nacional do Interlegis, Efraim Morais (PFL-PB), e contará com a presença de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Luiz Otávio (PMDB-PA), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Apesar de ser dirigido aos vereadores, o seminário está aberto à comunidade. Na ocasião, serão discutidos temas como o papel do vereador, *marketing* político, orçamento público e responsabilidade fiscal. O evento tem ainda a finalidade de divulgar as ações do Senado junto às assembleias legislativas e câmaras municipais – por meio do programa Interlegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) – e promover a integração entre a comunidade legislativa, além de informar o público sobre a atuação do Legislativo.

Integração

O programa Interlegis é desenvolvido desde 1997 pelo Senado Federal, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Seu principal objetivo é o de modernizar e integrar o Legislativo brasileiro, e para tanto são utilizados meios como Internet, ensino a distância e videoconferências, buscando interligar as 26 assembleias legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas da União (TCU) ao Interlegis.

ONGs antitabagistas promovem manifestação

Sociedade Brasileira de Oncologia também pede ratificação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco



Protesto cobra rapidez na aprovação da proposta que permitirá que o Brasil participe da discussão de ações mundiais de combate ao fumo

Representantes de entidades médicas, como a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, e de organizações não-governamentais, como a Rede Tabaco Zero, realizaram manifestação no Senado, ontem, para reivindicar a ratificação da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco que tramita na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O acordo internacional para diminuir o consumo do fumo, conhecido como convenção-quadro, deverá ser ratificado pelo Congresso Nacional até o dia 7 de novembro para que o Brasil possa participar, em fevereiro de 2006, da conferência internacional que discutirá a implementação de ações mundiais de combate ao fumo.

O pacto internacional prevê o financiamento para a substituição da produção do fumo por outros cultivos agrícolas, como o arroz e o milho, por exemplo. Os eventuais prejuízos para os agricultores provocados pela substituição seriam compensados pelo governo e por instituições, como o Banco Mundial, que apóiam a convenção.

A idéia da substituição por culturas alternativas enfrenta, no entanto, a oposição da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). A cultura do tabaco no país gera 2,4 milhões de empregos diretos e indiretos e é fonte de sustento de 236 mil famílias de pequenos agricultores, concentrados, sobretudo, no Sul, que responde por 96% da produção nacional (850 mil toneladas), com destaque para o Rio Grande do Sul (50%) e Santa Catarina (34%), segundo dados da Afubra. Texto divulgado pelos organizadores da manifestação diz que o acordo antitabagista, além de importante para a saúde pública, não representa ameaça para os empregados da cadeia produtiva do fumo. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) também defende o acordo, que pretende, entre outras medidas, adotar preços e tributos mais elevados para os cigarros.

Ministra divulga evento sobre biodiversidade

O presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), e o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), receberão, hoje, às 9h30, a ministra do Meio

Ambiente, Marina Silva, e o secretário-executivo da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, Hamdallah Zedan.

A ministra e o secretário farão uma exposição a respeito da 8ª Conferência das Partes e da 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena, sobre Segurança Biológica. Os dois eventos inte-

gram a Convenção de Diversidade Biológica, que será realizada em março de 2006, em Curitiba (PR), para tratar de temas como biopirataria, transgênicos, biodiversidade e florestas.

Marina Silva e Hamdallah Zedan serão recebidos na sala 7 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.



Representantes do setor participam de audiência presidida pelo senador Augusto Botelho (C)

Projeto de Pavan não tem apoio entre todos os profissionais

O presidente do Conselho Executivo das Normas-Padrão (Cenp), Petrônio Cunha Corrêa, lembrou que grandes publicitários como Nizan Guanaes e Washington Olivetto não têm formação acadêmica. Observou ainda que os profissionais do setor nem sempre gostam de se submeter a normas como horários fixos e trabalham até de madrugada na elaboração de campanhas capazes de seduzir os clientes.

O assessor jurídico da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), Paulo Gomes de Oliveira Filho, questionou pontos do projeto de Pavan, como a prova de nacionalidade brasileira e o excessivo detalhamento das atividades exercidas por publicitários.

O professor Eloy Simões, da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), concordou com a obrigatoriedade do diploma. Ele afirmou que atualmente não se sabe ao certo quem é publicitário e que o projeto ajudaria a afastar o setor da "picaretagem e do amadorismo".

Comissão debate obrigatoriedade de diploma para publicitário

A obrigatoriedade de diploma universitário para o exercício da profissão de publicitário – fixada no Projeto de Lei 30/04, de autoria do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) – foi tema do debate da audiência pública sobre a regulamentação da atividade promovida ontem pela Comissão de Educação (CE).

Ao defender sua proposta, Pavan disse que é necessário dar uma perspectiva de futuro aos estudantes de Publicidade. Após concluir seus cursos, observou o senador, eles se deparam com a situação da falta de regulamentação da profissão.

– Atualmente se contrata qualquer um no setor a preço de banana – afirmou Pavan, ao mencionar ainda que haveria uma “desova gigantesca de comunicólogos, totalmente incompatível com a capacidade de absorção do mercado”.

A posição foi contestada por profissionais do setor que participaram da audiência, como o vice-presidente executivo da Federação Nacional das Agências de Propaganda (Fenapro), Humberto Alves Mendes. Para ele, o que garante o futuro de um profissional na publicidade é o talento.